

# AL NOTÍCIAS



Distribuição gratuita

## Parlamento homenageia memória de Zilda Arns

Sessão solene destaca obra de pediatra catarinense morta em terremoto no Haiti em janeiro

Carlos Kilian



Requerida pelos deputados Serafim Venzon e Jailson Lima, solenidade tem presença da religiosa Hilda Arns, irmã da médica

Página 3

**MPSC presta contas na Assembleia**

Página 6

**Brusque reúne 1.200 educadores**

Página 5

**Lançada campanha "Se liga 16"**

Página 7

**Legislativo terá mais poder de fiscalização**

Página 7

## Comunidade do Sul combate fosfateira

Eduardo Guedes de Oliveira



Laguna sediou a terceira audiência pública, dia 15, promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente para debater a instalação da Indústria de Fosfatados Catarinense em Anitápolis.

Na reunião, ambientalistas, pescadores, agricultores e comunidade apontaram falhas no projeto, que poderão acarretar uma série de impactos socioeconômicos e ambientais na região.

Páginas 4 e 5

## Último exilado político retorna ao solo catarinense

Fábio Queiroz



Caçadorenses Edilton Swarovski com a mãe de 92 anos

Página 6

**CCJ apresenta relatório do projeto de conversão em lei de MP da saúde na próxima semana** Página 6



## OPINIÃO

## Saúde, suas dificuldades e avanços

Algumas pessoas afirmam que a saúde pública em Santa Catarina está uma calamidade, um caos. Eu, que vivi os últimos seis anos no comando da Secretaria de Estado da Saúde, garanto que somos referência em saúde pública.

Somos líderes nacionais no transplante de órgãos, descentralizamos serviços de média e alta complexidade, ampliamos o atendimento no interior nas áreas de cardiologia, radiologia, traumatologia, ortopedia, oncologia e saúde auditiva. Somos o único Estado com o serviço do SAMU estadualizado e o único do Brasil com 100% do Programa de Saúde da Família (PSF). Somos, ainda, o único livre da dengue contraída no próprio Estado.

Muito tem sido feito pela saúde pública em Santa Catarina. Temos carências? Sim, muitas. Principalmente a leviandade de alguns políticos mal informados que acham que vão resolver o problema da saúde com discurso. Se formos fa-

zer pesquisa de avaliação no Brasil, veremos que o maior problema das administrações públicas é na área da saúde. Dou um exemplo concreto: a situação do Hospital Regional de São José tem relação direta com a complexidade do SUS e com a falta de compromisso da prefeitura com a atenção básica.

No Regional, levantamento apontou que 85% dos pacientes na emergência são de São José. O Regional tem que atender a emergência hospitalar, serviços de alta complexidade levando em conta a deficiência da atenção primária da Grande Florianópolis. Falar em emergência lotada é falar na falta de atendimento da rede primária, é não ter postos de saúde ou atendimento no município.

Se uma emergência de hospital está lotada, tem que descobrir por que uma simples mialgia pode estar concorrendo, ao mesmo tempo, com pacientes politraumatizados. Ou uma amigdalite de uma criança que pode ser tratada

no posto de saúde pode estar concorrendo, às 22 horas, com um Acidente Vascular Cerebral (AVC). O Estado fez a sua parte, agilizou o atendimento, descentralizou os serviços de alta complexidade, reformou o hospital, dobrou o corpo técnico, dobrou o número de leitos da emergência mas a deficiência dos municípios continua a mesma. E isso fizemos durante sete anos ininterruptamente.

Nesse período não ficou nenhum município sem a presença do Estado não importando o partido do prefeito, as dificuldades ou distâncias. O Estado não pode ser responsabilizado se vários municípios não conseguem contratar médicos, por exemplo. Aí é um problema de gestão municipal. Eu não fujo do debate porque sei o que foi feito em Santa Catarina. Tenho a maior felicidade de ter contribuído para reduzir as dificuldades da população.

**Deputado Dado Cherem (PSDB)**

## Só a lei não basta

Um projeto tramita no Legislativo, é defendido, debatido, aperfeiçoado e aprovado por um plenário de legisladores eleitos pelo povo. Segue então para o crivo do Executivo. Se for sancionado, pronto, uma lei foi criada. A batalha está apenas começando.

Para que uma lei de fato materialize-se em direitos para a população é preciso que seja reivindicada, que haja pressão para que os governantes regulamentem e divulguem para que a sociedade a reconheça e usufrua seus benefícios. Foi assim, como sindicalista, que conquistamos a previdência especial para os agricultores familiares. Depois de uma enorme mobilização e pressão do movimento sindical, esse direito foi incluído na Constituição Federal de 1988. Porém, a regulamentação da lei exigiu uma luta ainda maior e só concretizou-se em 1991.

Em setembro do ano passado, após muito debate e mobilização, em conjunto com os movimentos sociais e sindical, conseguimos aprovar o projeto que criou o Salário Mínimo Estadual. Em vigor desde janeiro, a lei foi reconhecida pelo Tribunal Regional do Trabalho e está promovendo melhoria da renda do trabalhador. O mínimo estadual é agora um direito conquistado que os trabalhadores devem exigir e fazer valer.

Podemos dizer o mesmo sobre a lei de nossa autoria que garante às microempresas participação nas licitações públicas de até R\$ 80 mil. A lei já existe, devemos exigir que seja efetivamente respeitada. Outra lei que é muito boa, mas carece de vigilância, é a que prevê a compra de 30% dos produtos da merenda escolar dos agricultores familiares.

Também comemoramos muito no ano passado a aprovação do

texto que criou o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, o qual tem como meta remunerar o agricultor familiar que mantém áreas preservadas em sua propriedade rural. Lutamos agora para derrubar dois vetos que podem reduzir em R\$ 7 milhões os recursos para o programa. Além disso, o governo precisa regulamentar vários pontos da lei para que entre em funcionamento. Remunerar o agricultor que preserva é uma política moderna que propicia o equilíbrio entre produção e preservação da natureza. O governo não pode tardar em efetivar esse mecanismo. Mas como já vimos, o processo não termina com a criação de uma lei. A conquista em geral exige mobilização social. Por isso, sigamos firmes na luta.

**Deputado Dirceu Dresch (PT)**

## Wan-Dall visita Parlamento

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente Gelson Merisio recebe presidente do TCE, Wilson Wan-Dall (D)

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), Wilson Wan-Dall, esteve, dia 19, com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM). A visita teve caráter institucional, visando reforçar as relações entre os dois órgãos.

Wan-Dall deve ficar no cargo até 31 de janeiro de 2011, completando o mandato de José Carlos Pacheco, que renunciou. A expectativa do novo presidente é a de um "mandato atípico", por conta do período eleitoral, em que espera um aumento nas denúncias. Nos

próximos dias ele deve apresentar um projeto de reestruturação do Tribunal, elaborado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas.

O objetivo é focar na informatização e no trabalho pedagógico feito junto aos gestores públicos. "Os processos, que até o momento são micro-filmados, passarão a ser digitalizados, medida que deve aumentar em muito a agilidade na análise de cada um. Ele destacou, ainda, como vantagens, a redução dos custos e a preservação do meio-ambiente, por conta da diminuição do uso de papel.

## [ AGENDA ]

• **Dia 26, 19h** - Comissão de Justiça - Audiência pública para discutir e analisar o mérito do Projeto de Lei nº 612/09, que propõe a criação do Parque Estadual de Taquarinhas

**Local: Câmara Municipal de Balneário Camboriú**

• **Dia 27, 19h** - Lançamento do livro "Santa Catarina em Quadrinhos", de Valmir Muraro

**Local: Auditório Alfredo Michels - Forquilha**

• **Dia 28, 9h** - Comissão de Agricultura - Audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 71/09, que cria a Fundação Estadual de Meteorologia e Pesquisa do Clima de Santa Catarina - Climesc

**Local: Auditório Antonieta de Barros**

• **Dia 28, 19h30min** - Lançamento do livro "De olho na capital, nos dois primeiros anos", do jornalista César Valente

**Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho**

• **Dia 30, 19h30min** - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública sobre a contaminação do Rio Marombas em consequência dos dejetos da Penitenciária Regional de Curitiba e afluentes industriais

**Local: Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul**

## Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Gelson Merisio (DEM)

**1º Vice-Presidente:** Jorginho Mello (PSDB)

**2º Vice-Presidente:** Jailson Lima da Silva (PT)

**1º Secretário:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretária:** Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

## Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Lucas Gabriel Diniz

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Alexandre José Back, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Graziela May Pereira, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Rossana Espezin, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

**Clipagem:** Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves



## INSTITUCIONAL

Carlos Kilian



Proposta pelos deputados Jailson e Venzon, sessão em memória da médica morta em janeiro em terremoto no Haiti reúne autoridades e irmã da homenageada, religiosa Hilda Arns

# Sessão solene presta homenagem à catarinense Zilda Arns Neumann

Além da trajetória da pediatra, Parlamento destaca Forquilha e Pastoral da Criança da Diocese de Criciúma

**Lisandrea Costa**

O exemplo de vida e a obra deixada pela fundadora da Pastoral da Criança, a médica pediatra Zilda Arns Neumann, foram lembrados em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa, no dia 19, em Forquilha, terra natal da homenageada. A sessão foi proposta pelos deputados Jailson Lima da Silva (PT) e Serafim Venzon (PSDB), em memória da médica morta no mês de janeiro, durante o terremoto no Haiti. Também foram homenage-

ados o município de Forquilha e a Pastoral da Criança da Diocese de Criciúma.

Zilda Arns Neumann morreu no último dia 12 de janeiro, aos 75 anos. Ela estava no Haiti com a missão de introduzir a Pastoral da Criança no país. Durante a homenagem, Zilda foi lembrada pelos presentes como uma pessoa que tinha extraordinário amor ao ser humano, fé em Deus e alegria de viver.

“Estamos prestando nosso reconhecimento a essa grande brasileira, não apenas como pro-

fissional, mas especialmente como pessoa que foi um exemplo de solidariedade para todos nós”, disse o deputado Jailson. O parlamentar a definiu como uma grande educadora nas questões da saúde. Com soluções simples como o acompanhamento do peso, o soro caseiro e a multimistura, a Pastoral salvou mais de 2 milhões de crianças em 27 anos de existência.

A religiosa Hilda Arns, irmã da homenageada, representou a família e fez um discurso de incentivo às voluntárias da Pastoral da Criança.

“Hoje fiquei olhando o quadro da Zilda na casa Mãe Helena (casa da Pastoral da Criança em Forquilha) e ela parecia tão feliz. Então pensei: é assim que devemos viver, com alegria, com fé em Deus e amor à vida”. Irmã Hilda relatou que Zilda passava a todos que conviviam com ela um “espírito de doação”.

A coordenadora da Pastoral da Criança na Diocese de Criciúma, Lílian Arns Topanotti, recebeu a homenagem que a Assembleia concedeu à entidade. Ela fez um relato sobre o surgimento da Pastoral,

que completa 25 anos de atuação na Diocese e tem 3,5 mil voluntárias. Cerca de 50 mil crianças são atendidas em Santa Catarina, 25% na Diocese de Criciúma. “A doutora Zilda vive, com certeza, em cada uma das líderes que diariamente estão a serviço da vida e da esperança. Mais do que lamentar a perda, agradecemos a Deus pela graça de termos convivido com ela e de podermos fazer parte dessa Pastoral, tão importante, tão grande e real exemplo de solidariedade e amor ao próximo.”

## Autoridades ressaltam que médica se imortalizou em sua obra

Carlos Kilian

O prefeito de Forquilha, Vanderlei Alexandre (PP), falou do orgulho de ter a família Arns entre seus conterrâneos. Sobre o trabalho da Pastoral da Criança, disse que o município tem grande responsabilidade em dar sequência e honrar o legado de Zilda Arns na terra em que ela nasceu.

Os deputados Décio Góes (PT), Joares Ponticelli (PP) e Valmir Comin (PP), representantes da região na Assembleia Legislativa, prestigiaram a solenidade. Além dos familiares da homenageada, de coordenadores da Pastoral e de autoridades da região, a sessão solene teve a participação de dezenas de voluntárias que lideram a organização nas comunidades.

Góes agradeceu Zilda Arns

por sua capacidade de promover a multiplicação da solidariedade. “Devemos agradecer a Deus por ter nos dado a dona Zilda, e à família dela, por ter formado esses filhos maravilhosos, que nasceram pertinho de nós e hoje são orgulho para o mundo inteiro.”

Para Ponticelli, “Zilda Arns imortalizou-se em sua obra. Esse é o maior legado que qualquer ser humano poderia sonhar em deixar”. Ele frisou que, mesmo tornando-se uma cidadã do mundo, a médica nunca abandonou a terra natal. Já o deputado Valmir Comin enfatizou, entre as qualidades de Zilda, a solidariedade. “Feliz do povo que teve uma pessoa como Zilda Arns, que dedicou a vida em prol dos mais necessitados.”



Zilda Arns consolidou luta contra a desnutrição infantil rompendo fronteiras e tornando-se cidadã do mundo



## INSTITUCIONAL

## Especialista defende benefícios da agroecologia

Lisandrea Costa

A empresária e ativista ambiental Maria Pelletier destacou, dia 15, a importância de priorizar o aspecto humano na agricultura e alimentação. A especialista proferiu a palestra "Agroecologia e sustentabilidade – Cenário atual e perspectivas", em seminário realizado sobre o tema no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Promovido pelo deputado Dirceu Dresch (PT), em conjunto com a Cooperativa de Crédito Cresol-Central e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), o evento já havia passado por Chapecó (dia 13) e por Erechim/RS (dia 14).

Maria Pelletier é presidente do grupo francês Moulin-Marion, que produz farináceos orgânicos e alimentação animal. Ela lidera diversas organizações em defesa da agricultura biológica e atua na orientação de agricultores para a produção sustentável livre de agrotóxicos. Defende que, tal como ocorreu com o modelo econômico, que chegou ao limite,

o modelo agrícola tradicional mostrou-se inviável.

A palestrante fez um relato sobre o panorama da agricultura na Europa, desde os anos de 1940, quando começou o desenvolvimento da produção intensiva, até os dias atuais. Disse que, no modelo agrícola tradicional, não há preocupação com a qualidade nutricional, com o meio ambiente e com a saúde pública. Interessa apenas a rentabilidade econômica.

"O uso intensivo de produtos químicos na produção de alimentos resultou em erosão e empobrecimento do solo, poluição dos recursos hídricos, desmatamento maciço, destruição da biodiversidade, aquecimento climático e aceleração das catástrofes naturais", pontuou a ativista. No aspecto social, essa prática agrícola contribuiu para o êxodo rural, a fome e o empobrecimento das populações. E para a saúde pública, acarretou o aumento das patologias graves – câncer, alergias, diabetes tipo II, Alzheimer, infertilidade e resistência de microorganismos patológicos.



Empresária e atividade ambiental, Maria Pelletier, durante o seminário

## Alternativa socioeconômica

"Devemos relançar uma agricultura campesina e pequenas oficinas de transformação espalhadas pelo território, como meio de preservar economias locais e o bem-estar humano", defende Maria Pelletier. Ela falou sobre os incentivos que o governo francês concede aos produtores que decidem migrar da agricultura tradicional para a biológica e citou pesquisa que comprova a diminuição da renda média dos agricultores tradicionais na França. Em 25 anos de atuação, diz que não viu nenhum produtor agroecológico falir, mas viu muitos agricultores tradicionais nessa situação.

Como proponente do seminário, Dirceu Dresch agradeceu a vinda da francesa ao Brasil e afirmou que as experiências transmitidas por ela são um estímulo à organização dos agricultores familiares.

Ele também acredita que a agroecologia é uma alternativa para a manutenção dos agricultores familiares no campo. Como presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, pretende estimular novos debates, não apenas com agricultores, mas também com consumidores, sobre os problemas e consequências gerados pelo uso de agroquímicos nos aspectos socioeconômico, humano e ambiental.

O deputado Pedro Uczai (PT) prestou parte do seminário e parabenizou a organização do debate e a socialização das informações porque, segundo ele, "não há como transformar a realidade se não a compreendemos". Uczai frisou que o alerta por um "outro planeta" e por um novo padrão de consumo é mundial.



Laguna, que cultiva a tradição da pesca, será um dos municípios da Bacia do Rio do Braço Norte atingidos pela atividade de mineração

# Sul se posiciona contra instalação de indústria de fosfato

Ambientalistas, pescadores, agricultores e comunidade apontam falhas no projeto, que geram impactos sociais e ambientais

Tatiani Magalhães

Na terceira audiência pública para discutir a possível instalação da Indústria de Fosfatos Catarinense (IFC) em Anitápolis, Sul do estado, realizada dia 15 de abril, a comunidade se posicionou contrária ao projeto e mostrou grande preocupação.

A audiência realizada em Laguna foi promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, da Assembleia Legislativa. De acordo com ambientalistas,

pescadores, agricultores e população em geral, o projeto original apresenta falhas que poderão gerar uma série de impactos socioeconômicos e ambientais.

Este foi o motivo para o encontro ter ocorrido em Laguna, município localizado na parte baixa da Bacia do Rio Braço do Norte, junto ao complexo lagunar, que poderá ser atingido pela atividade de mineração.

Para o presidente da comissão, deputado Dirceu Dresch (PT), o Legislativo está cumprindo

seu papel ao oportunizar um amplo debate a fim de prevenir injustiças e problemas futuros. "Nossa intenção não é atrapalhar o empreendimento, mas avaliar se ele é viável dentro da legalidade, principalmente do ponto de vista ambiental", mencionou.

Na condição de requerente da audiência, o deputado Décio Góes (PT) explicou que a sequência de encontros visa esclarecer, em especial para os 21 municípios pertencentes à região, as intenções da fosfateira e possíveis impactos.

"Precisamos estudar o projeto e encontrar uma solução. Sabemos da importância desse minério para o enriquecimento do solo, mas nosso estado poderia contribuir muito com o Brasil a partir do adubo orgânico, de dejetos de suínos e aves, que temos em abundância e não é aproveitado", frisou.

Segundo Eduardo Bastos, advogado da ONG Montanha Viva, a reserva de fosfato de Anitápolis desperta interesse de empresas desde 1976, porém, para que a exploração ocorra, será necessária

a construção de uma barragem no Rio Pinheiros, gerando uma série de consequências, entre elas supressão de 1,8 hectares de mata, risco permanente de rompimento de uma barragem, além de comprometer os 21 municípios da bacia hidrográfica de Tubarão.

"Temos que aproveitar o momento para debater e apresentar as falhas existentes no projeto, tendo em vista que a licença concedida à indústria está suspensa desde setembro de 2009", lembrou o advogado.

## Abaixo-assinado contra empreendimento

Ao se manifestar, o prefeito de Laguna, Célio Antonio (PT), revelou que a falta de detalhes do projeto é um dos principais aspectos que vêm causando preocupação para autoridades e população. "Não podemos correr o risco de comprometer a bacia de Laguna, que cultiva a tradição da pesca e o zelo pelo meio ambiente."

Durante o debate, um abaixo-assinado foi entregue ao Poder Legislativo pelo Padre Aluísio

Rheiemann Jocken, da Paróquia Santo Antonio dos Anjos, com aproximadamente 4 mil assinaturas contra a instalação da fosfateira. "Temos certeza de que o empreendimento vai ser prejudicial à sociedade. Da forma como está sendo apresentado, não é viável. Precisamos de mais estudos sobre a estrutura da obra e os aspectos ambientais", cobrou.

Também participou da audiência pública o deputado Kenedy Nunes (PP).



Requerente da audiência, deputado Décio Góes, prefeito Célio Antonio e o advogado Eduardo Bastos

## Brusque discute os desafios da educação



Cerca de 1.200 pessoas participam da reunião no Auditório da Igreja do Calvário

Graziela May Pereira

O quinto seminário que discute a qualidade da educação e a desmotivação dos professores, promovidos pela Escola do Legislativo e pela Comissão de Educação da Assembleia, reuniu quase 1.200 pessoas, dia 16, no Auditório da Igreja Evangélica do Calvário, em Brusque. Até agora, mais de 4.500 pessoas já participaram dos seminários. Como resultado dos encontros, a Comissão de Educação, presidida pelo deputado Pedro Uczai (PT), organizou um livro com as palestras proferidas.

Conforme o prefeito de Brusque, Paulo Eccel (PT), a realização do evento na cidade foi um sinal de respeito. "Para mim, que já fui presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, estar aqui é uma honra. E ver

esse auditório lotado me encheu de alegria. Bom seria se todas as áreas buscassem as melhorias da forma como a educação busca."

Presente na abertura do seminário, a senadora Ideli Salvatti (PT) afirmou que ainda há muito a ser feito pelo setor, mas que Santa Catarina está no caminho certo. Como grande melhoria na educação, Ideli citou a Emenda Constitucional 59, promulgada pelo Congresso Nacional em novembro de 2009, que acabou com o desconto de 20% do setor. "Acabamos com a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e garantimos para esse ano R\$ 10 bilhões a serem investidos em educação. Sem contar que agora é obrigatório que o ensino comece aos quatro anos e vá até os 17 anos", disse.

O primeiro tema a ser debati-

do foi a "Qualidade de Educação", que, segundo o palestrante, o professor da PUC Gaudêncio Frigotto, é resultado de um conjunto de situações. "Não podemos definir a má formação como base do problema. Nossos jovens estão desmotivados porque os estamos tratando como seres iguais. É preciso saber diferenciar cada um e trabalhar com eles de forma diferente. Se as aulas estão cansativas, somos nós que temos que repensar o enfoque da situação". Frigotto acredita que, para conquistar a qualidade na educação, é preciso repensar a sociedade.

A reitora do Centro Universitário de Brusque (Unifebe), Maria de Lourdes Bernardo Tridapalli, também disse que a qualidade da educação é responsabilidade de todos e não apenas do profissional.

## Reunião trata deanel rodoviário na Grande Florianópolis

Estudos, sugestões e propostas de alteração da praça de pedágio no município de Palhoça e do contorno rodoviário da BR-101, na Grande Florianópolis, foram o foco da reunião proposta pela Bancada do PT, juntamente com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O encontro foi realizado dia 19 no Auditório Antonieta de Barros.

Além de parlamentares, prefeitos municipais e entidades, o representante da detentora da concessão da obra, a Autopista Litoral Sul, do Grupo OHL Brasil, também marcou presença.

Os representantes da ANTT e Autopista Litoral Sul, que são os responsáveis pela obra, se manifestaram sobre a construção de 47 quilômetros de rodovia, que inicia no Km 175 da BR-101, junto à ponte do rio Inferninho, na divisa entre Biguaçu e Tijucas, e segue até o posto de pedágio

de Palhoça, no rio Cubatão, Km 221. A finalidade da obra, prevista no projeto de duplicação da rodovia, é desafogar o trânsito pesado da BR-101.

O diretor da ANTT, Mário Rodrigues Júnior, falou dos aspectos jurídicos e legais do processo de concessão da obra e do que de concreto existe na questão. Sobre a obra, ele afirmou: "O projeto funcional já está pronto e a empresa executora já foi contratada. A obra vai ser

iniciada em 2011, mas ainda não tenho uma data específica". O diretor alerta que no decorrer do processo podem ocorrer atrasos e algumas alterações de percurso devido às licenças ambientais, por exemplo.

O diretor superintendente da Autopista apresentou as etapas da concessão rodoviária. Márcio Protta destacou que o estudo de impacto ambiental está em andamento, sendo que o resultado poderá alterar o projeto básico.



Representantes da ANTT e da Litoral Sul participam do encontro



# CCJ analisa a gratificação da saúde

Relator vai apresentar voto na próxima semana sobre projeto de conversão em lei de MP

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira

A expectativa era de que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) apreciasse o projeto de conversão em lei da Medida Provisória nº 174/10, do Executivo, que institui gratificação por atividade técnica em saúde, durante a reunião do dia 20.

Porém, o relator da matéria, deputado Antônio Aguiar (PMDB), informou que apresentará o parecer com relatório e voto na próxima semana, o que deixou os servidores, já impacientes, contrariados. Aguiar, que está amparado pela Constituição Estadual e pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tem prazo regimental para estudar a proposição, bem como a emenda apresentada pela bancada do PT e acatada pela Comissão de Finanças e Tributação na semana passada. A modificação do texto original pretende estender a gratificação para todos os servidores da categoria e não apenas aos de nível superior.

No período da tarde, os servidores estaduais da Saúde, que lotaram o hall do Palácio Barriga Verde durante a sessão ordinária, deliberaram suspender suas atividades por três horas, na manhã da próxima segunda-feira (26). Eles protestam contra as duas Medidas Provisórias (MP) encaminhadas ao

Parlamento pelo Poder Executivo, em abril, que dividem a categoria, de acordo com a presidente do SindSaúde, Edileuza Garcia Fortuna. A MP 174/10 institui gratificação para os servidores de nível superior, enquanto a MP 178/10 autoriza gratificação por produtividade para os servidores lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Saúde.

“De um universo de 15 mil servidores da Saúde em Santa Catarina, apenas cerca de 3 mil serão beneficiados”, afirmou a sindicalista. A ideia da paralisação começou a ser esboçada no período da manhã, quando a apreciação da MP 174/10 que institui gratificação por atividade técnica foi adiada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O relator da matéria, deputado Antônio Aguiar (PMDB), informou que apresentará o parecer com relatório e voto na próxima semana, o que deixou os servidores, já impacientes, contrariados.

A MP 178/10, que tramita na Comissão de Finanças, está à espera de relator. Segundo Edileuza, está prevista para o dia 27 nova concentração no Palácio Barriga Verde, durante a reunião da CCJ, com indicativo de greve caso as reivindicações não sejam acatadas.



Manifestantes da saúde lotam hall da Assembleia e anunciam paralisação de três horas segunda-feira

## Responsabilidade Social

A Assembleia Legislativa, por iniciativa do presidente, deputado Gelson Merisio (DEM), vai instituir, este ano, o Prêmio de Responsabilidade Social. A distinção, criada pela Lei Nº 12.918, de 23 de janeiro de 2004, será concedida anualmente a empresas e demais entidades com atuação de destaque no setor.

O comprometimento da instituição vai ser demonstrado por intermédio da análise do Balanço Social. Vários itens serão avaliados por uma comissão mista, a ser formada. Entre eles, a participação dos empregados nos resultados econômicos, as possibilidades de desenvolvimento e até o nível de interação com a comunidade.

A coordenação do projeto está a cargo de servidores com a participação do consultor Laércio Ventura. Eles visitaram, dia 16, a Assembleia do Rio Grande do Sul. O Parlamento gaúcho já está na 11ª edição do seu Prêmio de Responsabilidade Civil que, entre outras conquistas, estimulou o debate sobre o tema e incentivou a implantação de ações ao bem-estar coletivo.

## Ministério Público presta contas na Assembleia

O procurador-geral de Justiça, Gercino Gerson Gomes Neto, relatou as ações desenvolvidas pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) durante 2009, na sessão ordinária do dia 20 da Assembleia Legislativa. A prestação de contas atende à disposição constitucional com o objetivo de dar transparência às atividades do órgão.

Entre as ações empreendidas, as de proteção ao meio ambiente e de combate à sonegação, a irregularidades na administração pública e a crimes de grande repercussão foram destacadas pelo procurador.

Da tribuna, Gercino apresentou dados relativos aos resultados das atividades desenvolvidas no ano passado e ao crescimento interno do MPSC, que aumentou o quadro de funcionários com a contratação de 120 servidores, o que representou um incremento de 6%.

Sobre as operações deflagradas em 2009, o órgão passou

a contar com sete promotores especializados no combate à sonegação, distribuídos nas comarcas da Capital, Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, Blumenau e Itajaí. A atuação na defesa da ordem tributária propiciou um aumento de 1,6% no número de ações criminais propostas para combater a sonegação fiscal. “Mais de mil ações foram ajuizadas, visando à recuperação de R\$ 207 milhões em impostos sonegados”, informou.

O número de denúncias que deflagraram operações para combater o crime organizado aumentou em 1,46%. A questão ambiental também foi mencionada pelo procurador.

De acordo com ele, uma representação, juntamente com outros órgãos, resultou em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o Código Ambiental catarinense, e outra ação foi ajuizada contestando a alteração dos limites no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.



Procurador Geral de Justiça, Gercino Gomes Neto, na tribuna

## Parlamentares elogiam trabalho do MPSC

Após a apresentação dos números, os deputados fizeram fila nos microfones de aparte para elogiar o trabalho realizado pela instituição. O presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (DEM), destacou o esforço incisivo na fiscalização em defesa da sociedade e do patrimônio público.

Já o deputado Jailson Lima (PT) considerou as atividades do órgão como exemplo para os demais estados brasileiros. “O Ministério Público de Santa Catarina realiza um trabalho extraordinário, demonstrado por esta prestação de contas”, disse o deputado Onofre Agostini (DEM).



## Último exilado de volta a SC

O deputado Reno Caramori (PP) recebeu, dia 19, no saguão do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, na Capital, o último catarinense exilado no exterior, vítima da ditadura militar no Brasil. Edilton Swarovski, de 69 anos, natural de Caçador, participou, em março de 1964, do movimento conhecido como "A revolta dos marinheiros" – considerado um dos estopins do golpe militar ocorrido em abril daquele ano.

Caramori foi quem intermediou o processo de repatriação junto ao Ministério das Relações Exteriores. "Tudo foi feito dentro da lei e a agilidade foi justificada pelo estado de saúde dele, que agora volta para casa, para receber o carinho dos seus familiares", declarou o parlamentar.

Acusado de prática de mo-

tim e atos de subversão, Edilton foi preso e torturado, teve dentes e unhas arrancados. Após ser libertado, fugiu para o Uruguai e depois para o México, onde viveu durante 45 anos. Viúvo e com duas filhas que vivem atualmente naquele país, Edilton disse que mesmo depois da anistia política, em 1979, decidiu não voltar ao Brasil em função do trauma sofrido e por medo de ser perseguido.

Familiares e amigos aguardaram impacientes a volta do catarinense, depois de uma longa espera. Bastante debilitado, pesando pouco mais de 40 quilos, e em cadeira de rodas, devido ao Mal de Parkinson, Edilton reviu a mãe, Inês Zandavalli Swarovski, de 92 anos, depois de longos 30 anos de separação.

Fábio Queiroz



Deputado Reno Caramori e familiares recebem caçadoreno

## Campanha "Se liga 16"

Realizada em todo o país, a campanha "Se liga 16", que incentiva o voto consciente aos 16 anos, foi lançada dia 20 na Sala de Imprensa da Assembleia Legislativa. Participaram da solenidade as deputadas Odete de Jesus (PRB) e Angela Albino (PCdoB), além de estudantes e representantes de escolas estaduais.

Diversos órgãos e entidades fazem parte da campanha, entre eles a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), União Nacional de Estudantes (UNE) e grêmios estudantis. Em Santa Catarina, a "Se liga 16" tem

a parceria do Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público Estadual e Escola do Legislativo, entre outros. O objetivo principal da campanha é propiciar o debate sobre as questões de políticas públicas para a juventude e a importância do voto no processo democrático, facilitando a confecção de títulos de eleitor para os jovens que completarão 16 anos até o dia 5 de outubro, e também jovens de 15 a 17 anos.

O prazo para os jovens tirarem o seu título vai até o dia 5 de maio. No dia 6, começa a campanha pelo voto consciente.



Odete e Angela no lançamento da campanha na Assembleia

# PEC amplia fiscalização do Legislativo

Poder terá que concordar com mudança estatutária em empresa mista

Rodrigo Viegas

A aprovação da admissibilidade do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 04/10, do presidente da Casa, deputado Gelson Merisio (DEM), recebeu destaque na sessão ordinária do dia 20. A matéria ganhou dimensão porque estipula que o voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das sociedades de economia mista, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização do Poder Legislativo, pela maioria absoluta dos seus membros.

A proposta do deputado Merisio visa alterar o artigo 40 da Constituição do Estado e, com sua admissibilidade aprovada, ela retorna para apreciação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Um dos maiores incentivadores da PEC, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), salientou a importância do projeto num momento em que "forças se organizam pela privatização da Celesc". Com a aprovação da PEC, qualquer mudança estatutária na companhia, que é de economia mista, precisaria de concordância do Parlamento.

Na mesma direção, os parlamentares aprovaram a Moção nº 29/10, apresentada pela bancada do PT, que manifesta ao gover-



Carlos Kilian

Merisio é autor da proposta

nador do Estado contrariedade à indicação do investidor Lírio Parizzoto para integrar o Conselho de Administração da Celesc. Durante a discussão da matéria, o líder petista, deputado Décio Góes, demonstrou preocupação com a possibilidade de recuo da representação dos eletricitários no conselho e o aumento de poder dos acionistas, "uma manobra clara em direção à privatização".

Também demonstrando apreensão com a possibilidade do retorno do maior acionista da Celesc ao Conselho Administrativo, a deputada Angela Albino (PCdoB) afirmou que o governador Leonel Pavan (PSDB) está dando uma demonstração

de sua posição ao "nomear um investidor que tem atacado a Celesc, pavimentando o caminho de sua privatização". A deputada espera que "a PEC seja aprovada antes da próxima assembleia do conselho, que deve acontecer no dia 30, o que obrigaria que qualquer mudança estatutária passasse por esta Casa".

Fizeram pedido para subscrever a moção os deputados Sargento Amauri Soares (PDT) e Joares Ponticelli (PP). Soares parabenizou a bancada do PT pela iniciativa e disse ser "inadmissível que um investidor represente o voto do governo e o interesse dos catarinenses, sendo este um empresário que constantemente se mostra simpático à privatização".

Já o deputado progressista, que pela manhã, na reunião da CCJ, já havia se mostrado favorável à proposta, afirmou "não conseguir entender que tipo de golpe estão preparando para a Celesc". Ponticelli lembrou que, quando sua bancada convocou o acionista para explicar seus posicionamentos em reunião na Casa, "a base governista se enfileirou para desqualificar o posicionamento do empresário". O deputado concluiu provocando, ao dizer que no dia 27, quando da votação da PEC, "saberemos quem quer vender a Celesc".

## Janssen assume como suplente



Janssen fica no lugar de Comin

O vereador mais votado da história de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen (PP), assumiu dia 20 como deputado na vaga de Valmir Comin (PP), por 60 dias. A alternância é parte do sistema de rodízio adotado pelo PP para dar oportunidade aos suplentes. Janssen, que foi secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Jaraguá do Sul, de 2001 a 2004, e presidente do diretório municipal do PP por oito anos,

afirmou que sua principal meta é trabalhar em conjunto com as secretarias municipais e prefeituras da região. De acordo com Dieter, que fez 15.884 votos para deputado estadual em 2006, a função de fiscalizador também será realizada com muita ética. "A função de um deputado é de legislar e eu vou levar isso a sério. Estou aqui para adquirir experiência e para trabalhar com seriedade", completou

## Usina provoca protestos

Em protesto contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Bacia do Rio Xingu, no Pará, representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) falaram na sessão ordinária do dia 20. Para

que ocorresse a manifestação, o líder da bancada do PT, deputado Décio Góes, abriu mão de seu tempo na tribuna.

Considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, a usina, planejada há mais de 20 anos, vem sendo alvo

de intensos debates.

De acordo com o representante do MST, Vilson Celestino, o investimento pode ser considerado um grande jogo de interesses empresariais. "Nossa preocupação é com os recursos naturais que estão sendo ameaçados com a obra", ressaltou.



# COMUNIDADE

Fotos Miriam Zomer



Promovida pela Comissão de Pesca e Aquicultura, reunião em São Joaquim sinaliza investimentos no fortalecimento da produção de truta, favorável na região

## Incentivos para piscicultura da Serra

Ministro da Pesca e Aquicultura anuncia instalação de infraestrutura do Ibama no município de Paine

Scheila Dziedzic

Piscicultores da Serra catarinense que participaram do seminário regional para a discussão de alternativas de produção de peixes receberam, do ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin, a confirmação de que a estrutura de piscicultura do Ibama, no município de Paine, fará parte do ministério que comanda. O anúncio foi feito dia 16, na abertura do evento promovido pela Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa, no Centro de Eventos Newton Stélio Fontanella, em São Joaquim, por solicitação do deputado Jailson Lima (PT).

A notícia animou os piscicultores. Eles acreditam que com essa medida terão maiores incentivos para desenvolver a atividade. Segundo Gregolin, as tratativas neste sentido estão bem avançadas e devem ser finalizadas em até 90 dias.

“Estamos conversando com a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) para que ela, por meio dos profissionais do Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV), administre a estrutura”, comentou o ministro. “Existe o interesse da universidade em trabalhar na estrutura que hoje pertence ao Ibama e, com a incorporação da estrutura pelo Ministério da Pesca, as chances de isso acontecer são grandes.”

A intenção é investir forte na criação de alevinos, principal-



mente de trutas, que encontram ambiente ideal na região Serrana. Para a produção dessa espécie são necessárias condições específicas, como água corrente, com alto teor de pureza (pelo menos 90%) e em temperaturas frias. Essas condições naturais, encontradas em Santa Catarina, fazem com que o ministério busque tornar a base de Paine em um centro de excelência para o desenvolvimento da truticultura na Serra catarinense.

“Esta região já é conhecida nacionalmente como um polo de criação de trutas. Queremos transformá-la em uma referência”, afirmou o ministro Gregolin. Também será dada atenção às espécies nativas, visando realizar pesquisas de melhorias genéticas e oferecer, aos criadores, cursos técnicos que melhorem a

atividade na região.

Com o novo ponto de apoio à atividade, o ministro acredita que possam ser solucionados o que ele define como “gargalos”, pensando como um todo na cadeia produtiva e na assistência técnica. Situações que implicam diretamente na produtividade e que irão fortalecer a piscicultura como uma fonte alternativa de renda no contexto da agricultura familiar.

O deputado Jailson Lima (PT) comemorou a notícia dada por Gregolin, pois, segundo ele, agora a estrutura de Paine virá para as mãos de quem tem proximidade com a atividade, possibilitando o atendimento às necessidades do setor. “Com isso teremos mais uma condição de agregar renda ao agricultor familiar”, observou Jailson.

## Crédito e apoio técnico

O gerente regional da Epagri em Lages e especialista em triticultura, Nelson Beretta, solicitou atenção do Ministério da Pesca para alguns pontos considerados fundamentais para o desenvolvimento da produção. Entre eles, o acesso a crédito, pois a piscicultura tem um custo elevado; mais estruturas de processamento, para diminuir o custo da produção; e disponibilização de maior

número de técnicos, para orientar o produtor de maneira a ter melhor desempenho na atividade. Beretta, único técnico atuando na área, passou alguns números da atividade: no estado, são 62 produtores de truta, destes 12 se concentram na Região Serrana. A produção anual é de 750 toneladas em Santa Catarina, das quais 250 toneladas saem de propriedades da região.

